



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**JOÉRCIA SOÊNIA DE LACERDA RIBEIRO
LUZIA FANDINHO ZINN**

**O PAPEL DA EAD NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ:
UM ESTUDO SOBRE A UFPB VIRTUAL**

JOÃO PESSOA – PB

2013

**JOÉRCIA SOÊNIA DE LACERDA RIBEIRO
LUZIA FANDINHO ZINN**

**O PAPEL DA EAD NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ:
UM ESTUDO SOBRE A UFPB VIRTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Alves da Silva Santiago

João Pessoa – PB
2013

R484p Ribeiro, Joércia Soênia de Lacerda.

O papel da EAD na inclusão de alunos com surdez: um estudo sobre a UFPB Virtual / Joércia Soênia de Lacerda Ribeiro, Luzia Fandinho Zinn. – João Pessoa: UFPB, 2013.

65f. ; il.

Orientador: Sandra Alves da Silva Santiago
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. UFPB Virtual. 2. Ensino superior. 3. Inclusão. I. Zinn, Luzia Fandinho. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 378:376 (043.2)

**JOÉRCIA SOÊNIA DE LACERDA RIBEIRO
LUZIA FANDINHO ZINN**

**O PAPEL DA EAD NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ:
UM ESTUDO SOBRE A UFPB VIRTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____/____/____

**Prof.^a DR.^a SANDRA ALVES DA SILVA SANTIAGO (UFPB)
ORIENTADORA**

Prof.^a DR.^a ALÁSIA SANTOS RAMOS DO NASCIMENTO (UFPB)

Prof.^a Ms. NAYARA DE ALMEIDA ADRIANO (UFPB)

João Pessoa – PB
2013

Dedicamos às queridas professoras Dr^a Sandra Alves da Silva Santiago e Dr^a Alásia Santos Ramos do Nascimento, bem como a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que nosso percurso fosse concluído com êxito. Dedicamos também a todos que fazem da Educação um caminho aberto para aprendizagem de todos independente de suas limitações, realizando assim uma verdadeira Educação Inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por estar sempre ao nosso lado dando-nos força e coragem em todos os momentos de nossa vida, por ter colocado as pessoas certas em nossos caminhos para que conseguíssemos chegar até aqui.

A nossa querida orientadora professora Dr^a Sandra Alves da Silva Santiago, pela sua força e incentivo que nos impulsionou a realizar este trabalho.

A professora Dr^a Alásia Santos, exemplo de coragem e sabedoria, uma mulher determinada e cheia de vida a quem também devemos grande parte deste trabalho acadêmico.

Joércia Soênia de Lacerda Ribeiro

Agradeço a toda a minha família por estarem sempre unidos ajudando uns aos outros sempre que preciso, me apoiando a todo tempo. Em especial a minha mãe Maria por ser tão guerreira e batalhadora, ao meu pai Francisco por nunca ter deixado me faltar nada, aos dois por me incentivarem em meus estudos, por estarem ao meu lado dando força em todas as batalhas da vida.

Agradeço ao meu querido e amado esposo David, meu maior incentivador, por estar sempre ao meu lado me apoiando, me ajudando a enfrentar os obstáculos que ocorreram no meio do caminho até chegar onde estou hoje. Obrigada pelo seu amor que me fortalece e me ajuda a seguir em frente.

Agradeço especialmente a minha amada amiga Luzia que me ajudou não só a construir esse trabalho, mas por estar comigo o tempo todo me estimulando. Obrigada por Deus ter colocado você em minha vida, por você ser essa pessoa maravilhosa, batalhadora, generosa, prestativa e tão amiga, sua amizade quero levar para o resto da minha vida.

Obrigada a todos por tudo!

Luzia Fandinho Zinn

À minha querida mãe que nunca desistiu de mostrar os caminhos certos para seus filhos, que na sua grande humildade mostrou-nos o quanto a vida pode ser satisfatória e bela quando corremos atrás de nossos ideais sem que para isso seja preciso pisar em ninguém.

A meu querido e amado esposo Celso Jair, presente que Deus colocou em meu caminho. Exemplo de dignidade, honra e caráter.

A minha filha Beatriz e meu filho Gabriel, bênçãos de Deus, amigos e companheiros de todos os momentos. Crianças lindas, obedientes e carinhosas sem os quais não teria sentido viver.

A minha querida sogra Adelaide, uma mulher forte, batalhadora e incentivadora que sempre me apoiou para que nunca deixasse de estudar.

Às minhas queridas amigas irmãs Joércia e Izade, dois exemplos de mulheres determinadas, corajosas e humildes, pessoas a quem devo grande parte de meus êxitos acadêmicos, pois, nas suas distintas maneiras de se posicionarem frente aos desafios, mostram o quanto são capazes de encarar um problema de frente sem medo do que possa vir a acontecer.

A todos os que direta ou indiretamente me auxiliaram para que todo esse caminho fosse alcançado com satisfação e dignidade.

“Os surdos são diferentes das pessoas que ouvem. Eles podem fazer qualquer coisa que as pessoas que ouvem fazem, menos ouvir.”

(WRIGLEY, 1996)

RESUMO

A presente pesquisa é resultado de um estudo de caso realizado nos pólos da UFPB Virtual através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) e da Subcoordenação de Controle Acadêmico (SCA), a partir de onde buscou-se coletar dados e informações quantitativas a respeito dos alunos surdos matriculados no ensino superior a distância. Também foram realizadas entrevistas com alunos surdos do curso de Letras/LIBRAS da UFPB Virtual, com o objetivo de entender, por meio da pesquisa qualitativa, como eles estão sendo incluídos nos dias atuais no ensino superior através da Educação a Distância, bem como, o que estes esperam do mercado de trabalho ao concluírem o curso. Para tanto, primeiramente fez-se necessário apresentarmos a trajetória da EAD, assim como a história da educação dos surdos, para que houvesse um melhor entendimento dos resultados obtidos na pesquisa de campo. Os resultados revelaram que os alunos com surdez sentem-se incluídos através da UFPB Virtual, como também, alguns destes, pensam que após concluírem o Ensino Superior terão dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: UFPB Virtual. Ensino superior. Inclusão.

ABSTRACT

This research is the result of a case study conducted at the poles UFPB through virtual Coordination of improvement of higher education personnel (CIHLP), the Center for technology and information (CTI) and the Academic Sub-coordination control (ASC), from where we attempted to collect data and quantitative information about the deaf students enrolled in higher education at distance. Interviews were conducted with deaf students of Letters/LIBRAS UFPB Virtual, with the goal of understanding, through qualitative research, as they are being including nowadays in higher education through distance education, as well as they expect the labor market to complete the course. To do so, first it was necessary to introduce the trajectory of ODL (Object Definition Language), as well as the history of deaf education, so that there was a better understanding of the results obtained in the research field. The results revealed that students with hearing loss feel included by Virtual UFPB, but also, some of these think that after completing higher education have difficulties in entering the labor market.

Keywords: Virtual UFPB. Higher education. Inclusion.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Cursos oferecidos pela UAB, na Paraíba	30
TABELA 2: Instituições ofertantes no Estado da Paraíba.....	31
TABELA 3: Número de cursos por polo e número de alunos e alunos com surdez....	33

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONSUNI – Conselho Universitário
COPERVE – Comissão Permanente do Concurso de Vestibular
DED – Diretoria de Educação a Distância
EAD – Educação a Distância
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
IES – Instituição de Ensino Superior
IFPE – Instituto Federal de Pernambuco
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NTI – Núcleo de Tecnologias da Informação
SCA – Subcoordenação de Controle Acadêmico
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNB – Universidade de Brasília

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Questão 01: Quais as dificuldades encontradas para poder cursar o ensino superior?	46
Gráfico 2 – Questão 02: O que você entende por estar incluído?.....	47
Gráfico 3 – Questão 03: Você se sente incluído na UFPB Virtual?	48
Gráfico 4 - Questão 04: Você tem alguma dificuldade para poder continuar cursando o ensino superior?	48
Gráfico 5 – Questão 05: Dificuldades apresentadas pelos alunos	49
Gráfico 6 - Questão 6: Na sua opinião, os docentes estão preparados para auxiliá-lo?	50
Gráfico 7 - Questão 07: Por que a escolha pelo curso on line e não pelo presencial?	50
Gráfico 8 - Questão 08: O que você espera do mercado de trabalho após concluir o ensino superior?	51
Gráfico 9 - Questão 09: Você conhece a Lei 10.436/2002?	52
Gráfico 10 - Questão 10: Qual a sua opinião sobre essa lei?	52

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO II – CONCEITOS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA..	17
2.1 A Trajetória da Educação à Distância	17
2.1.1 Geração da EAD Textual	18
2.1.2 Geração da EAD de Rádio e Televisão	19
2.1.3 Geração da EAD <i>on line</i>.....	20
2.2 Compreendendo a EAD no Contexto Atual.....	20
2.3 Vantagens e Desvantagens da EAD	23
CAPÍTULO III - A TRAJETÓRIA DA EAD NO BRASIL	25
3.1 A EAD na Paraíba.....	29
3.2 A EAD na UFPB.....	31
CAPÍTULO IV - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS.....	36
4.1 Breve Retrospectiva da Educação dos Surdos	38
4.2 A Educação dos Surdos no Brasil.....	41
CAPÍTULO V – METODOLOGIA.....	44
5.1 Perspectivas Metodológicas	44
5.2 Campo de Pesquisa e Participantes	45
5.3 Análise dos Dados	46
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICES	62

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Educação a Distância (EAD) aparece como uma das mais importantes ferramentas de difusão do conhecimento e de democratização da informação. Apoiando-se na concepção de uma modalidade não convencional de educação, capaz de atender com grande perspectiva de eficiência, eficácia e qualidade as aspirações de universalização do ensino e, também, como meio apropriado a permanente atualização dos conhecimentos gerados de forma cada vez mais intensa pela ciência e cultura humana (BRITO, 2011).

A proposta do tema surgiu a partir de uma inquietação a respeito de como o aluno com surdez está sendo incluído no ensino superior. O tema escolhido foi “O PAPEL DA EAD NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ”, e que estimulou a pesquisa, um assunto importante na nossa indagação, observando como as pessoas com deficiência auditiva sentiam-se realmente incluídos no ensino superior através da EAD, contribuindo assim para uma melhora nesta modalidade de ensino na UFPB.

É visível que a EAD cumpre muito bem seu papel de educar, reduzir as dificuldades impostas pelas distâncias, facilitar a vida do aluno e disseminar o ensino aos cantos mais remotos do planeta, sendo uma iniciativa válida e que deve ser experimentada (HANSEN, 2003 apud SANTANA, 2008, p. 3).

Os desafios que permeiam a educação dos alunos surdos no ensino superior são diversos começando pela falta de informações sobre seus direitos até a falta de profissionais qualificados para atenderem as suas necessidades. Por isso, esse assunto tem sido objeto de discussões, pois, é necessário não somente oferecer um ensino de qualidade para estes alunos, mas, também estar preparado para que suas aprendizagens sejam desenvolvidas com o apoio de pessoas qualificadas e prontas para os auxiliarem no momento que for preciso.

Existem no Brasil vários estudos em EAD para pessoas com deficiência, com ênfase na deficiência auditiva e visual, porém a maioria enfatiza a capacitação de Professores nessa área e o desenvolvimento de softwares que permitem o acesso para essas pessoas pela Internet (HANSEN, 2003 apud SANTANA, 2008, p. 3).

Batista (2004) comenta que “uma das áreas que mais levanta polêmica em debates sobre a educação inclusiva, especificamente no contexto do ensino

superior, é a que envolve alunos surdos” porque essas pessoas apresentam dificuldade de comunicação que culminam em dificuldades de compreensão de enunciados e textos, impedindo a interpretação dos mesmos. Verifica-se que na modalidade EAD os surdos podem ter a oportunidade de ingressar na universidade mesmo que seja à distância (apud SANTANA, 2008, p.3).

Bruno e Sá (2008) enfatizam que devido aos problemas encontrados durante a sua alfabetização no ensino fundamental e médio, “a maioria dos surdos não consegue ter seu desenvolvimento linguístico assegurado”, devido sua educação ter sido prejudicada pela inadequação das aquisições “de aprendizagem e da organização do sistema de ensino” (apud KLIMSA, 2012, p. 3).

Deste modo, as pessoas com surdez têm dificuldades para compreender e se comunicar usando a Língua Portuguesa que é a língua dos ouvintes, e, como as aulas são ministradas em sua totalidade de forma oral, consequentemente, os conteúdos trabalhados na sala nem sempre se tornam acessíveis para os alunos com surdez, sendo necessário um tratamento diferenciado a esses alunos como na elaboração de material com conteúdos pedagógicos em LIBRAS, uma vez que os mesmos possuem dificuldades na compreensão da língua dos ouvintes.

A língua de sinais é fundamental à sua aprendizagem uma vez que ela permite a igualdade entre eles e os alunos ouvintes. Isto ocorre porque a língua de sinais aproxima os alunos permitindo a comunicação tanto entre eles quanto com os educadores que utilizam esse método de comunicação. Porém, o surdo precisa também ter conhecimento da língua portuguesa para que possa se integrar à comunidade ouvinte que não tem habilidade em LIBRAS e para ter conhecimento sobre suas produções científicas escritas ou orais, Bruno e Sá (2008), (apud SANTANA, 2008, p. 4).

Assim sendo, o objetivo geral da nossa pesquisa é compreender se realmente os alunos com surdez estão sendo incluídos no ensino superior através da Educação a Distância da UFPB. Temos o interesse também em saber o que estes alunos esperam do mercado de trabalho após sua formação, se há uma boa expectativa e se pensam se estarão preparados para isso através deste ensino. Esperamos fundamentar bem a nossa pesquisa para que nosso objetivo fique bem claro e de fácil compreensão para o leitor e que esta venha a contribuir tanto para a nossa formação quanto para os estudos relacionados ao tema proposto.

Desta maneira nossa pesquisa está organizada primeiramente por essa introdução seguida dos conceitos e história da Educação a Distância, a trajetória da EAD no Brasil, a educação inclusiva para surdos, metodologia, considerações finais, referências e por fim os apêndices.

Para tanto, estaremos amparadas em autores como, Ester de Carvalho Diniz (2011), Mariano Castro Neto (2009), Márcia Goldfeld (2002), entre outros autores que em suas distintas concepções nos auxiliaram na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO II – CONCEITOS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

2.1 A Trajetória da Educação à Distância

Sabemos que a EAD ao longo de sua história passou por diferentes momentos, sendo estes resultados do avanço tecnológico que ocorria em épocas diferentes. Em âmbito mundial, a Educação à Distância começou a se expandir por volta do Séc. XVIII que segundo Neto (2009), o processo histórico da EAD passou por três gerações diferentes:

- Geração textual: através de textos impressos que eram adquiridos por correspondência;
- Geração de rádio e televisão: na qual possibilitou o acesso a comunicação e a aprendizagem com maior rapidez;
- Geração da EAD ON LINE: conhecida como a geração digital.

No entanto, para Moore e Kearsley, (apud COMARELLA, 2009, p. 23) a Educação à Distância pode ser dividida em cinco gerações diferentes, sendo elas:

- Correspondência: a partir de 1840, utilizava como mídia o material impresso;
- Transmissão por Rádio e Televisão: a partir da década de 20, utilizava como meio de transmissão do conhecimento o rádio e a televisão;
- Universidades Abertas: a partir da década de 60, utilizavam a integração de áudio/vídeo e correspondência com orientações presenciais;
- Teleconferências: a partir de 1980, utilizavam as tecnologias de informação e comunicação, por meio de conferências por áudio, vídeo e computador.
- Internet: a partir de 1990, com a expansão da internet, onde estudantes e professores tiveram uma maior interação.

Essa classificação das gerações da Educação à Distância de acordo com Moore (2007) (apud CARVALHO, 2009, p. 43) evoluíram principalmente pelo tipo de tecnologias nelas empregadas em cada época.

1. A primeira geração de estudo por correspondência/em casa/independente proporcionou o fundamento para a educação individualizada a distância.
2. A segunda geração, de transmissão por rádio e televisão, teve pouca ou nenhuma interação de professores com alunos, exceto quando relacionada a um curso por correspondência.

3. A terceira geração – as universidades abertas – surgiu de experiências norte-americanas que integravam áudio/vídeo e correspondência com orientação face a face, usando equipes de cursos e um método prático para a criação e veiculação de instrução em uma abordagem sistêmica.
4. A quarta geração utilizou a teleconferência por áudio, vídeo e computador, proporcionando a primeira interação em tempo real de alunos e instrutores a distância. O método era apreciado especialmente para treinamento corporativo.
5. A quinta geração, a de classes virtuais on-line com base na Internet, tem resultado em enorme interesse e atividade em escala mundial pela educação a distância, com métodos construtivistas de aprendizado em colaboração, e na convergência entre texto áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação (MOORE, 2007, apud CARVALHO, 2009, p. 73).

Na visão da autora, percebemos que conforme as tecnologias avançam, vão sendo substituídas por novas modalidades mais avançadas, porém, sempre com o intuito de facilitar o caminho entre o conhecimento e a aprendizagem do aluno.

Consideramos importante que sejam citadas essas gerações para conhecimento de visões de diferentes autores sobre a trajetória da EAD, porém, abordaremos as três gerações que foram primeiramente citadas por Neto (2009), por considerarmos que as gerações citadas por Comarella (2009) e Carvalho (2009) referentes a Universidades Abertas e as Teleconferências enquadram-se nas gerações de Rádio e Televisão e On Line.

2.1.1 Geração da EAD Textual

A primeira geração da EAD conhecida como geração textual surgiu segundo Lopes (2010) por volta do século XV quando nascia a imprensa de Gutenberg na Alemanha, com o surgimento do livro. Porém, durante anos foi rejeitado, pois, as pessoas estavam acostumadas com a figura do professor como guia da Educação, mas, segundo Vasconcelos (2010) “... é possível estabelecer alguns marcos históricos que consolidaram a Educação a Distância no mundo, a partir do século XVIII” (VASCONCELOS, 2010 apud ALVES, 2011, p.86) .

Nesta primeira modalidade de EAD, a aprendizagem acontecia através do uso do material impresso e da interação entre professor/aluno por correspondência, porém, havia uma grande dificuldade na aquisição dos livros já que estes eram adquiridos através de serviços postais que por sua vez demoravam muito a serem entregues.

Segundo Neto (2009) esta modalidade de EAD predominou até a década de 1960. Assim sendo salienta que:

Nessa abordagem o material impresso constituiu-se a mídia básica. No contexto da primeira geração da EaD o uso de tecnologia impressa facilitou, em muitos casos, a socialização e a democratização da informação ao estudante que não tinha acesso a outro tipo de mídia (p.67).

Ainda segundo o mesmo autor, essa geração que permaneceu até meados da década de 1960, foi considerada como um dos principais recursos tecnológicos utilizados pelos cursos a distância até então.

2.1.2 Geração da EAD de Rádio e Televisão

Com o avanço tecnológico cada vez mais rápido, surgiu então após 1960 a segunda geração da EAD conhecida como Geração do Rádio e Televisão. Isso não quer dizer que eles tenham sido inventados nesta época, porém, a partir daí sua divulgação foi vista de maneira mais eficaz que a geração textual. No entanto, segundo Neto (2009) logo surgiu a necessidade de ser substituída por outra modalidade mais eficaz:

Essas tecnologias possibilitaram maior interação, uma vez que o sistema postal e de telefonia eram insatisfatórios. Apesar do mérito dessa iniciativa pioneira, há que se considerar que a EAD no contexto da primeira geração era baseada em material impresso e a avaliação da aprendizagem baseava-se nos resultados medidos por tarefas resolvidas (p.68).

Através do rádio e da televisão, a EAD atingiu um número incalculável de telespectadores que antes não tinham condições de ter acesso aos livros devido a muitos fatores sociais (falta de verbas, analfabetismo, etc.) e, a partir de então passaram a ter acesso à educação. O mesmo autor diz que:

A segunda geração surgiu de sistemas de EAD, onde o rádio e a televisão foram introduzidos como canais poderosos, além de sedutores, por serem meios de comunicação de massa. Por intermédio desses materiais as aulas passaram a ser transmitidas, muitas vezes, em tempo real (NETO, 2009, p. 68).

Essa segunda geração da EAD sensibilizou pesquisadores da área da educação que passaram a estudar novas formas pedagógicas de se aplicar o ensino utilizando-se das novas tecnologias consideradas como meios de comunicação que levavam à educação de massas.

2.1.3 Geração da EAD *on line*

A terceira geração da EaD é conhecida como a era digital pelo fato do uso do computador que, por sua vez, alcançou um número ainda maior de usuários geograficamente muito mais distantes.

O principal fator que deve ser atribuído a essa geração diz respeito ao uso dos computadores, que por sua vez dá acesso a vídeos, imagens, arquivos digitais entre tantos outros, de uma maneira mais fácil e mais ágil que as gerações da EAD anteriores.

Segundo Faria (2010):

A educação a Distância *On-line* é marcada pela ideia de educação em massa com interação unidirecional (para muitos), é assíncrona, baseada em textos e mediada pelo computador. A comunicação se faz entre o estudante e a instituição (p. 246).

Não que as outras modalidades de EAD não atendessem a muitas pessoas, pelo contrário, também atendiam, porém, talvez a principal diferença entre a geração textual, a geração de rádio e televisão e a geração *On-line*, esteja no fato de que com o uso do computador um mesmo professor passa a atender e tirar as dúvidas de maneira mais ágil e em tempo real a alunos que estejam em diferentes lugares, sem atrapalhar o andamento de suas aprendizagens, fato, que nas outras modalidades não seria possível.

2.2 Compreendendo a EAD no Contexto Atual

Para começarmos nosso diálogo sobre a EAD devemos primeiramente deixar claro qual o objetivo desta modalidade de ensino. Segundo Nunes (1994):

...a Educação a Distância constitui um recurso de incalculável importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida (apud ALVES, 2011, p.84).

Nesse sentido, além da mesma qualidade da educação presencial, a EAD se sobressai na quantidade de alunos por ela atendida, pois, como não há a necessidade de professores e alunos estarem em sala de aula diariamente, o

número de vagas se expande e um maior número de pessoas são beneficiadas com isso. Mas, o que significa o termo Educação à Distância? A essa pergunta poderíamos dar exemplos de vários conceitos salientados por autores diferentes, porém, para uma melhor compreensão, iremos nos apropriar do que diz o Decreto nº 5.622/2005, no seu Art. 1º:

Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos¹.

Esta definição vai de encontro com Moran (1994) que diz que a EAD é o “ensino / aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a internet.” (apud LOPES, 2010, p.194).

Porém, diferencia-se de Moore (1973) que diz:

O Ensino a Distância pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros (apud ALVES, 2011, p. 85).

Nesse caso, o que parece é que professor e alunos andam em caminhos contrários, pois enquanto o educador está dentro da instituição produzindo os materiais para aplicação de seus conteúdos, o educando está em outro ambiente apenas recebendo estes materiais que devem servir como base para sua aprendizagem.

Este ensino acontece quando não há o contato físico diário entre o educador e o educando. Isso não significa que eles nunca se encontrarão como muitas pessoas pensam, pelo contrário, pois, para que a aprendizagem aconteça e para que seja considerado como uma modalidade de ensino escolar e formativo há a necessidade da troca de experiências entre educador e educando. Também consta

¹ Disponível em:

http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61:decreto-no-5622-19122006-decreto&catid=14:decretos&Itemid=44>. Acesso em: 07 de agosto de 2013.

em lei a obrigatoriedade destes encontros, conforme o primeiro parágrafo do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, parágrafo 1º:

A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I – avaliações de estudantes;

II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente e

IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (BRASIL, DECRETO Nº 5.622/2005).

A EAD é uma modalidade de ensino criada para facilitar o acesso à educação pelo fato de existir pessoas com dificuldades variadas de frequentarem o ensino presencial. Podemos citar como exemplo pessoas que moram muito distante das instituições, e que, de certa forma, estavam sendo excluídas do processo educacional por não terem condições favoráveis de frequentar as instituições de ensino presencial.

Outra diferença entre a modalidade da EAD e o Ensino Presencial é o fato do aluno organizar o seu tempo de estudo no melhor horário que lhe for cabível, porém, ele tem uma carga horária a cumprir e também avaliações contínuas para que seja compreendido e acompanhado o andamento de sua aprendizagem.

A educação a distância, dentro do modelo atual, não deixa de ser um estudo acompanhado pelo educador, existe o acompanhamento do educando *on line*, onde este poderá tirar suas dúvidas conversando diretamente com o educador e os demais colegas do curso através dos recursos tecnológicos, como por exemplo o computador, que neste caso são os principais instrumentos para que a aprendizagem aconteça, nos dias de hoje. Entretanto, de acordo com Neto (2009, p. 78) o aluno necessita ter: “habilidade em buscar conteúdo e artigos fora do material apresentado, assim como autonomia e disciplina são, *a priori*, competências fundamentais para quem quer ter êxito num curso na modalidade de EAD”.

Nesse sentido concordamos com o autor, pois, a EAD exige um pouco mais de esforço por parte do educando do que a educação presencial, pois este precisa além do material oferecido pela instituição de ensino onde está inserido, pesquisar novas fontes que venham a enriquecer seus estudos, porque essa modalidade de ensino requer um maior empenho do educando para que realmente aconteça a aprendizagem.

Esse pensamento também vai de encontro com Mugnol (2009) que diz:

A metodologia aplicada na EAD prima pela conscientização dos alunos sobre o seu papel no resultado das atividades acadêmicas para seu aprendizado.

As oportunidades de aprendizagem, por sua vez, implicam na criação de meios pelos quais elas poderão acontecer efetivamente, e nesse caso da EAD os principais meios a serem considerados são comprometimento e responsabilidade do aluno, orientação e apoio dos professores... (MUGNOL, 2009, p. 340).

Por isso, o educando contará com o educador apenas para lhe auxiliar no momento das dúvidas e não para lhe explicar o conteúdo como acontece no ensino presencial. Como salienta Neto (2009):

Educação a Distância eficiente requer uma preparação ampla, intensiva e extensiva, assim como uma adaptação de estratégias tradicionais ao novo ambiente de aprendizagem e novas concepções didáticas que abordem as especificidades dessa nova modalidade do processo ensino-aprendizagem (p.78).

2.3 Vantagens e Desvantagens da EAD

O aluno que fizer opção por estudar na EAD, deve estar ciente das vantagens e desvantagens que este ensino tem a oferecer. Damos destaque especial a este tópico pelo fato de popularmente muitas pessoas atribuírem o fator de facilidade e pouca qualidade a EAD. Acreditamos que para estudar nesta modalidade de ensino o aluno precisa avaliar primeiramente quais são as vantagens e desvantagens que são propostas.

Amparadas em Filho (2003, p.52), podemos destacar como vantagens para se fazer um curso a distância os seguintes pontos:

- Flexibilidade de horário;
- Aprendizado personalizado;
- Critérios de avaliação e aproveitamento diversificados e relativamente automático;
- Autonomia nos estudos;
- Interação e comunicação de forma diversificada;
- Acesso a educação de qualquer localidade.

Não que a modalidade de educação a distância possua apenas benefícios para o aprendizado do educando, há também ainda seguindo a linha de Filho (2003), alguns pontos que podemos destacar como sendo desvantagens para a escolha de um curso a distância. São eles:

- Desconhecimento das possibilidades da EAD;
- Falta de cultura da EAD, educação burocrática;
- Impreterivelmente ter acesso a internet;
- Ter habilidades computacionais;
- Poucos contatos face a face com o educador (o que requer maior empenho por parte dos alunos).

No que diz respeito a esses pontos que acabamos de citar, basta que o educando ao fazer uma busca de qual curso fazer e qual modalidade de ensino escolher (seja ela presencial ou a distância), é preciso fazer uma análise para saber qual delas se adequa a sua realidade e qual está de acordo com suas necessidades. Para que ocorra um bom aprendizado o educando precisa estar satisfeito com sua escolha e para isso é essencial que este pondere as vantagens e desvantagens da EAD antes de optar por ela.

As possibilidades tanto em termos facilitadores ou não, devem ser estudadas já que a cobrança por parte dos educadores, assim como no mercado de trabalho, onde se vai atuar, devem ser levadas em consideração, pois, independente da dedicação a seu estudo o indivíduo deve estar habilitado a desenvolver sua função naquilo que se especializou.

CAPÍTULO III - A TRAJETÓRIA DA EAD NO BRASIL

No Brasil, esta modalidade de ensino surgiu primeiramente através de materiais impressos (também conhecido como geração textual) sendo seguida pelo rádio e posteriormente pela televisão, levando informações através dos tele cursos. Segundo Mugnol (2009):

A forma inicial de oferta dos cursos a distância era a correspondência e tinha como finalidade ampliar a oferta de oportunidades educacionais, permitindo que as camadas sociais menos privilegiadas economicamente pudessem participar do sistema formal de ensino, sobretudo da educação básica, uma vez que as preocupações iniciais da EAD estavam focadas neste nível de ensino e em cursos preparatórios para o trabalho (p. 337).

Hoje popularmente a EAD está associada a inclusão digital, e ao contrário do que foi explanado na citação anterior, hoje a EAD visa não somente levar a educação a população mais carente, ela propõe um ensino para aqueles que por motivos diversos não podem cursar o ensino presencial.

Segundo o mesmo autor:

Na base do desenvolvimento da educação a distância tem-se a preocupação constante com o acesso a educação de quem não teve a oportunidade de estar presente na escola no tempo e no espaço considerados ideais para a educação escolar presencial (MUGNOL, 2009, p.344).

De todo modo, sua expansão no ensino superior se deu principalmente na década de 90, primeiramente para atender a um grande número de professores que não tinham o curso superior (a grande maioria dos professores que atuavam nas escolas nesta época possuíam apenas o 2º grau, com formação em Magistério, hoje Ensino Médio). Segundo Lopes (2010):

No ensino superior, a Educação a Distância teve início com o oferecimento de cursos de formação de professores, principalmente para atender o disposto no artigo 87 § 4º da LDB, que estabelece que até o final de 2006, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço nas escolas (p, 193).

Após esse acontecimento, com a necessidade de haver expansão do ensino superior para que atendesse ao grande número de pessoas que queriam

uma profissão com diploma superior, a EAD ganhou um espaço gigantesco a nível nacional.

Assim como na modalidade de ensino presencial, a EAD ampara-se nas bases legais estabelecidas na LDB nº 9.394/96, que no Art. 80 diz:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada².

Essa lei foi regulamentada pelo decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. E no Art. 1º está:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, DECRETO Nº 5.622/2005).

Antes do Decreto, os Programas de Educação a Distância tinham caráter experimental. Com o referido Decreto, tem início um novo processo na educação brasileira.

De acordo com Almeida (2008):

[...] antes da LDB, com base em artigo referente ao ensino supletivo na Lei nº 5692 de 1971, os programas de educação a distância recebiam pareceres dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação, eram classificados como “experimentais”, e seu funcionamento permitido a título precário [...] A Portaria 2.253 de 18 de outubro de 2001, um dos instrumentos legais que contribuiu para a regulamentação da Educação a Distância no Brasil, provocou grande repercussão no dia-a-dia do sistema educacional universitário [...] Ela trouxe para as Instituições de Ensino Superior (IES) a discussão de como desenvolver, pensar, propor e criar metodologias de ensino que vislumbrem novas maneiras de ensinar e aprender (apud LOPES, p. 196).

Isso significa que deveria do mesmo modo como no ensino presencial haver qualidade e compromisso por parte dos envolvidos na EAD, pois os cursos superiores à distância deveriam ter a mesma qualidade que os cursos superiores presenciais.

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

Outro marco a ser considerado no ensino superior público para modalidade EAD foi o surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada em 2005 pelo Ministério da Educação e regulamentada pelo Decreto 5.800/2006. Este acontecimento foi de grande importância para a democratização da EAD no ensino superior, pois, através dela houve o crescimento da qualidade relacionada principalmente a esta modalidade de ensino no Brasil. Entre os principais objetivos da UAB damos destaque ao fato de que esta abriria caminho principalmente para novas aberturas de vagas nas universidades públicas, porém, através da EAD. Segundo o CAPES:

O Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior. Essa articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos polos de apoio presencial³.

Esse marco foi de grande valia para o Ensino a Distância, pois, se até então, popularmente havia o preconceito a respeito dos diplomas e certificados emitidos pela EAD, com a abertura do espaço para o ensino público (lembrando que assegurado pelo Decreto 5.622/2005), os diplomas ali conquistados passariam a ter a mesma qualidade e validade nacional que os conquistados no Ensino Presencial.

O artigo 5º do Decreto 5.622/2005 diz que: Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Assim sendo, aqueles estudantes que não tiveram a chance de cursar o ensino superior presencial ou optaram por cursá-lo na EAD, estarão amparados legalmente para que de posse de seus certificados de conclusão de curso superior não venham a sofrer nenhum tipo de preconceito ou discriminação. Segundo o CAPES:

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas

³ Disponível em:

<http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal (BRASIL, UAB/CAPES).

Ainda segundo o CAPES, o Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
 - Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
 - Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
 - Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância⁴.

De acordo com o Decreto Presidencial Nº. 5.800, de 8 de junho de 2006 que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil, os principais objetivos da UAB, dispostos no Art. 1º, são os seguintes:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação⁵.

Assim sendo, a Universidade Aberta do Brasil foi criada com o intuito de oferecer ensino superior público aos municípios que não disponha de oferta de curso superior e também para aqueles que podiam ofertar os cursos, porém, estes não eram suficientes para atender a demanda.

⁴ Disponível em:

<http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=21>: acesso em: 25 de maio de 2013.

⁵ Disponível em:

<<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>>: Acesso em: 25 de maio 13.

Ainda, segundo o Decreto Nº 5.800/2006, no art. 2º, a proposta a ser apresentada por cada Pólo Municipal, do Sistema UAB de apoio presencial, deverá cumprir com suas finalidades e objetivos sócio-educacionais:

§ 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o pólo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

§ 2º Os pólos de apoio presencial deverão dispor de infra-estrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB (BRASIL, DECRETO 5.800/2006).

Consideramos importante apresentar essa trajetória da UAB, pois, a partir dela, muitos alunos tiveram acesso ao ensino superior, principalmente aqueles que moram em localidades onde não há nenhuma possibilidade de se implantar uma Universidade Pública Federal.

Percebemos que a EAD lentamente foi conquistando seu espaço no Brasil, mas, vale a pena ressaltar que este avanço mesmo que de maneira vagarosa foi aos poucos chamando a atenção dos estudiosos para a grande dimensão pedagógica que poderia e que foi alcançada com os investimentos que lhe foram atribuídos. Não podemos deixar de lembrar que ainda hoje esta modalidade de ensino sofre preconceito por parte daqueles que não a conhecem, mas se compararmos esse preconceito ao grande número de pessoas que conquistaram seus ideais, não somente com cursos de graduação, como de especialização, dentre tantos outros, torna-se pequeno e insignificante qualquer tipo de preconceito que esta modalidade de ensino venha a sofrer.

3.1 A EAD na Paraíba

Temos uma dimensão da oferta de vagas oferecidas a partir da criação da UAB e do quanto ela foi de grande valia para a democratização do Ensino Público Superior, na Paraíba, por exemplo, há segundo dados estatísticos do CAPES 07 polos da UAB localizados nos municípios de Araruna, Campina Grande, Conde, Cuité de Mamanguape, Duas Estradas, Itabaiana, Itaporã e João Pessoa.

Também, segundo a Subcoordenação de controle acadêmico da UFPB Virtual (SCA), são ofertados no estado da Paraíba unidades da UAB de outros

estados através da EAD. Isso, ainda segundo o SCA se deve ao fato de haver convênios inter estaduais entre as Universidades de Ensino Superior Federais, e através dos governos do estado e do município, quando numa determina Instituição local não se oferece um curso do qual estejam precisando, um representante da prefeitura local entra em contato com o CAPES, por meio de ofícios verificam a possibilidade de outra IES instalar um polo naquela localidade.

Na tabela 1, constam os cursos oferecidos pela UAB na Paraíba na modalidade EAD do Ensino Público.

TABELA 1: Cursos oferecidos pela UAB, na Paraíba

NOME DO CURSO	TIPO DO CURSO	IES
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	BACHARELADO	UEPB
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	LICENCIATURA	UFPB
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	UFPB
CIÊNCIAS NATURAIS	LICENCIATURA	UFPB
COMPUTAÇÃO	LICENCIATURA	UFRPE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	APERFEIÇOAMENTO	UFRPE
EDUCAÇÃO FÍSICA	LICENCIAMENTO	UNB
ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	LATU SENSU	UFRPE
GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA	APERFEIÇOAMENTO	UFPB
GEOGRAFIA	LICENCIATURA	UEPB
LETRAS PORTUGUÊS	LICENCIATURA	UFPB
MATEMÁTICA	LICENCIATURA	UFPB
PEDAGOGIA	LICENCIATURA	UFPB
SISTEMA DE INFORMAÇÃO	BACHARELADO	UFRPE
TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL	TECNÓLOGO	IFPE

Fonte: UAB/CAPES⁶

⁶ Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/nordeste.pdf>>: Acesso em: 25 de maio de 13.

Assim como a Universidade Federal da Paraíba oferece cursos em outros estados, estes também através da UAB oferecem cursos no estado da Paraíba. Na tabela 2, constam as Instituições ofertantes da UAB, no Estado da Paraíba:

TABELA 2: Instituições ofertantes no Estado da Paraíba

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA	UFB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE

Fonte: UAB/CAPEX

Em relação a essas ofertas de cursos pela UAB, através da EAD, Diniz (2011) afirma que:

A oferta de cursos fica a cargo de 92 IEF públicas brasileiras, distribuídas por todo o país, cabendo aos governos estaduais e municipais conveniados, a implantação da infraestrutura física e a manutenção dos 587 polos ativos de apoio presencial credenciados pelo MEC (dados do SISuab). Sendo 182 destes (31%) situados na região Nordeste, operando a oferta de cursos de 29 instituições de Ensino Superior com 336 itens de cursos. As IES integrantes do sistema UAB ofertam atualmente 924 cursos (p.48).

Portanto é notória a expansão do ensino através da EAD para o aumento do número de vagas bem como para a gama de oportunidades que esta modalidade de ensino abriu àquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de fazer o curso desejado e a instituição local não o oferecia.

3.2 A EAD na UFPB

Nesse capítulo nos deteremos a discutir especificamente sobre como surgiu a EAD na UFPB, os aspectos legais para seu funcionamento e seus resultados.

De acordo com Diniz (2011), a unidade EAD-UFPB foi aprovada formalmente em 04 de abril de 2011, com a publicação da Resolução nº 02/2011, do Conselho Universitário – CONSUNI.

Ainda de acordo com Diniz (2011), a EAD-UFPB só foi aprovada em 2011, mas já vinha oferecendo cursos a distância desde 2007 por meio da UFPB Virtual.

A EAD-UFPB tem por objetivo atender professores que atuam em escolas públicas e pessoas que residem no interior do Estado e não tem acesso a Educação presencial. Segundo a UFPB em Revista (2013):

Os cursos de licenciatura a Distância são ofertados com o intuito a formar professores aptos a ministrarem aula na segunda etapa do ensino fundamental e no ensino médio, atendendo a necessidade de aprimoramento de professores que não tem ensino superior, e formando pessoas residentes nas cidades do interior do estado que não tem acesso a educação [...] (p.13).

A preocupação com a qualidade do ensino oferecido pela EAD virtual é constante, por isso, a avaliação tem que ser efetivada segundo os parâmetros exigidos pelo Ministério da Educação (MEC) que de acordo com o Art. 1º do Decreto 5.622, § 1º:

A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

- I - avaliações de estudantes;
- II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente;
- IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (BRASIL, DECRETO 5.622/2005).

Assim sendo, constam na EAD-UFPB dez cursos, sendo um Bacharelado, oito Licenciaturas e uma Especialização. Sendo estes, Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Ciências Agrárias, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Naturais, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Letras/LIBRAS, Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Gestão Pública Municipal⁷.

A UFPB Virtual dispõe de vinte e oito polos, sendo dezoito no estado da Paraíba, seis na Bahia, dois em Pernambuco, um no Ceará e um no Rio Grande do Norte. Podemos ver na tabela 3 o número de cursos disponíveis em cada polo e o número de alunos e alunos com deficiência auditiva.

⁷ Fonte: <http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/cursos/>

TABELA 3: Número de cursos por polo e número de alunos e alunos com surdez

POLOS	CURSOS	ALUNOS	ALUNOS COM SURDEZ
ALAGOA GRANDE/PB	05	152	5
ARARUNA/PB	06	326	-
CABACEIRAS/PB	07	572	8
CAMAÇARI/BA	01	180	9
CAMPINA GRANDE/PB	04	369	28
CONDE/PB	05	406	14
COREMAS/PB	06	162	03
CUITÉ DE MAMANGUAPE/PB	05	149	-
DUAS ESTRADAS/PB	04	198	-
ESPLANADA/BA	01	55	-
IPOJUCA/PE	01	95	-
ITABAIANA/PB	04	225	-
ITAPICURU/BA	02	156	-
ITAPORANGA/PB	07	688	5
JACARACI/BA	01	64	-
JOÃO PESSOA/PB	04	483	16
LIMOEIRO/PE	02	137	-
LIVRAMENTO/PB	04	72	-
LUCENA/PB	05	187	-
MARI/PB	05	277	-
MUNDO NOVO/BA	01	116	-
PARATINGA/BA	01	75	-
PARNAMIRIM/RN	02	-	-
PITIMBU/PB	03	90	-
POMBAL/PB	07	525	13
SÃO BENTO/PB	04	357	-
TAPEROÁ/PB	05	410	-
UBAJARA/CE	02	69	-
TOTAL	104	6.595	101

Fonte: NTI (Núcleo de tecnologia e Informação da UFPB)

Em relação aos alunos com surdez, de acordo com o NTI, há 101 alunos regularmente matriculados nos cursos da UFPB Virtual, sendo esta quantidade distribuída em todos os polos.

A respeito dos cursos oferecidos pela UFPB Virtual, o curso de Licenciatura em Letras/Libras, criado através da Resolução Nº 42/2009, oferece suporte especial para os alunos surdos, isso se deve ao fato de que por haver a necessidade de ter o conhecimento da língua/Libras torna-se mais acessível para estes ingressarem no Ensino Superior.

O curso de Letras/Libras, conforme o anexo I da Resolução nº 43/2009, diz que:

O Curso de Letras/Língua Brasileira de Sinais, através de seu Projeto Político-Pedagógico, tem como objetivo geral e precípua formar professores para atuar no ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira e segunda língua, cujas práticas estejam sintonizadas com as necessidades da sociedade⁸.

Portanto, segundo a coordenação do curso da UFPB Virtual campus I, o perfil do aluno graduando de Letras/Libras deverá incluir:

- conhecimentos teórico e descritivo básicos dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo da língua portuguesa e da Libras;
- capacidade de compreender os fatos da língua e de conduzir investigações de língua e de linguagem que possam ser aplicadas a problemas de ensino e de aprendizagem de LIBRAS;
- capacidade de desempenhar o papel de multiplicador, formando leitores críticos e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos, e fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas;
- essas habilidades apontam para um curso Bilíngue – O aluno deve ser proficiente em Língua Portuguesa e em Língua de Sinais⁹.

Essas habilidades, que são exigidas para a formação do licenciado em Letras/Libras, abrem espaço para a inclusão dos alunos surdos no Ensino Superior já que estes têm como sua primeira língua conquistada através da Lei 10.436/2002. Vale lembrar que mesmo tendo maior facilidade com o domínio da Libras, o aluno surdo para cursar o Ensino Superior, deverá assim como os alunos ouvintes ser

⁸ Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/libras/images/pdf/Resolu%C3%A7%C3%A3o43_2009.pdf>. Acesso em: 13 de jul. de 2013.

⁹ Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/libras/index.php/apresentacao>>. Acesso em: 26 de maio de 2013

primeiramente aprovado no Processo Seletivo que segundo a Resolução Nº 52/2009, em seu Art. 1º e 2º estabelece que:

Art. 1º O ingresso no Curso de Licenciatura em Letras/Libras da Universidade Federal da Paraíba, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, modalidade de educação a distância, far-se-á através de Processo Seletivo disciplinado pela presente Resolução.

Art. 2º As vagas serão destinadas por polo para candidatos surdos, ouvintes e professores da rede pública de ensino, que tenham concluído o Ensino Médio ou curso equivalente¹⁰.

Esse Processo Seletivo foi de responsabilidade da Comissão Permanente do Concurso Vestibular (COPERVE), que foi encarregado da correção de todas as fases. Agora é de total responsabilidade do INEP, através do ENEM.

Além disso, o aluno surdo, assim como os demais alunos, deverá ter o ensino médio completo para poder ingressar no Ensino Superior da EAD, como acontece no Ensino Presencial.

Nesses termos, percebemos que as vagas oferecidas pela UFPB Virtual não dão prioridade para o aluno surdo, mas, este podendo ser avaliado em sua primeira língua/Libras, este estará tendo as mesmas chances que os demais alunos, isso não significa que terão os mesmos desempenhos devido aos seus diferentes estudos realizados nos ensinos fundamental e médio, porém, vemos como uma grande conquista. Com o ENEM a realidade muda. A única acessibilidade que o ENEM promove para surdos é a presença de intérprete de libras, o que dificultará o ingresso de surdos no ensino superior.

¹⁰ Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/libras/images/pdf/Resolu%C3%A7%C3%A3o52_2009.pdf>. Acesso em: 13 de jul. de 2013.

CAPÍTULO IV - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

É necessário definir o que é a escola inclusiva, pois, as constantes transformações no mundo são frutos do avanço tecnológico que de maneira cada vez mais rápida avança sobre a vida das pessoas.

Para aqueles que têm a oportunidade de acompanhar esses avanços, acabam que por um lado deixando para trás milhares de outras pessoas que não tem a mesma oportunidade, seja por motivos financeiros ou por tantos outros, abrindo uma quantidade gigantesca de oportunidades sem ter com quem preencher essas vagas oferecidas por não serem capacitados para tal função. Por outro lado, exclui cada vez mais aqueles que já se encontram em situações desfavoráveis das demais pessoas, exemplos disso seriam: as pessoas que moram no interior e que não podem cursar o ensino superior seja por falta de instituições naquelas localidades ou por falta de condições financeiras para se locomoverem para cidades onde tenham e os cursos.

Existe, ainda, outro grupo excluído educacionalmente: as pessoas com deficiência. Dentre as deficiências destacamos a surdez, compreendendo que há especificidades na aprendizagem dos estudantes surdos que, se não forem respeitadas prejudicaram sua inclusão, sendo que estes muitas vezes moram em municípios que possuem universidades, porém, que não oferecem recursos que auxiliem nas suas dificuldades ou por falta de profissionais qualificados para o atendimento destas pessoas.

Segundo Stobäus (2004):

O conceito da escola inclusiva reforça o direito que todos os alunos tem de freqüentar o mesmo tipo de ensino, na medida que preconiza que os objectivos educacionais e o plano de estudos são os mesmos para todos, indiferentemente das diferenças individuais que possam surgir (STOBÄUS, 2004, p. 67).

Esse conceito vai de encontro com o que diz a Declaração de Salamanca (1994) que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades, e das diferenças que apresentem. Essas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos

adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades (UNESCO, 1994, p. 11).

Amparadas nessas citações, quando falamos em escolas inclusivas, não estamos nos referindo somente aos alunos com deficiências, estamos falando de todos os alunos que precisam ser incluídos, sejam eles, com deficiência, negros, pessoas que moram no interior e não têm acesso à educação, dentre tantos outros que são excluídos do sistema educacional. Entretanto a legislação brasileira deixa claro que no processo de inclusão alguns grupos merecem especial atenção: as pessoas com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

Para Fávero (2009):

Há uma suposição comum de que inclusão é principalmente a cerca de educação de estudantes com deficiência, ou os classificados como portadores de necessidades educacionais especiais, nas escolas regulares. A eficácia desta abordagem tem sido questionada, uma vez que, ao tentar aumentar a participação dos estudantes, a educação enfoca a parte da deficiência ou das necessidades especiais desses estudantes e ignora todas as outras formas em que a participação de qualquer estudante pode ser impedida ou melhorada (FÁVERO, 2009, p.15).

Isso quer dizer que a escola inclusiva deveria ser aquela que atendesse as necessidades educativas dos alunos de um modo geral independente destes apresentarem alguma deficiência ou não, pois, cada um tem seu jeito próprio de aprender e apreender os ensinamentos que são adquiridos no ambiente escolar. Mas, para que a escola seja inclusiva para os surdos precisa considerar especialmente sua diferença linguística.

Segundo o Decreto Nº 7.611/2011, Art. 1º §2º no caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

Também, segundo a legislação brasileira:

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores¹¹.

¹¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 15 de junho de 2013.

Com estas leis, percebemos que muito está sendo feito para que a comunidade surda conquiste seu espaço de aprendizagem e o quanto a sua língua vem sendo ampliada, principalmente quando esta torna-se como um requisito obrigatório para a formação dos professores.

4.1 Breve Retrospectiva da Educação dos Surdos

O estudo da história dos surdos nos mostra que para conquistarem os direitos que a comunidade surda tem nos dias atuais eles passaram por muitas privações, discriminações, preconceitos, exclusões e sofrimentos que pareciam ser infinitos para que fossem reconhecidos como cidadãos capazes de compreender o mundo assim como os ouvintes, usando apenas uma forma de comunicação diferente.

Na antiguidade, acreditava-se que as pessoas surdas eram seres incapazes de aprender qualquer coisa, pois, como não ouviam, eram pessoas que, conseqüentemente, para os antigos, não pensavam e que tinham nascidos amaldiçoados. Segundo Goldfeld, (2002):

A ideia que a sociedade fazia sobre os surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antigüidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçados, e por isso eram abandonados ou sacrificados (2002, p. 27).

Assim sendo, como não havia pensamento, também não haveria necessidade de serem educados e por isso viviam isolados e proibidos de assumirem - se como cidadãos em uma sociedade comandada pelos ouvintes. Esse pensamento também mostra que sendo surdo, o indivíduo não tinha direitos legais, pois, eram incapazes de conduzir negócios ou receberem heranças.

Na idade Média, os martírios aos surdos eram principalmente oriundos por parte da igreja católica que os definia como sendo seres amaldiçoados, pois, como não conseguiam falar, eram incapazes de confessarem seus pecados e, assim, não podiam receber o sacramento. De acordo com Sousa (2009):

Até mesmo a Igreja Católica, afirmava que a alma dos surdos não era imortal, porque eles eram incapazes de dizer os sacramentos. Os surdos também eram privados dos seus direitos básicos, ficando com a própria sobrevivência comprometida (2009, p. 14).

Essa situação perdurou aproximadamente até meados do século XIV, quando surgiu as primeiras tentativas de instrução aos surdos por meio da utilização da língua de sinais e da linguagem oral pelo escritor Bartolo Della Marca d' Ancora.

Segundo Goldfeld (2002), a partir do Século XVI, estudiosos admitem que os surdos têm tanta capacidade de aprender como os ouvintes, sendo que aquelas pessoas que apresentassem deficiência auditiva deveriam encontrar meios para se adequarem ao mundo dos ouvintes, ou seja, uma vez percebida a capacidade de aprendizagem dos surdos, eles passariam a enfrentar um novo problema, pois, os professores tentavam ensinar - lhes a compreender a língua falada.

No Século XVI, dois nomes ganharam destaque na educação dos surdos, primeiramente o médico Gerolano Cardano de Pádua (1501-1576), que tinha um filho surdo e foi o primeiro a afirmar que o surdo deveria ser instruído. E, também o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584), que ensinava crianças surdas filhos de nobres através de uma metodologia de datilografia e uma escola de professores de surdos (SOUSA, 2009).

Para Goldfeld (2002), nos séculos seguintes outros nomes podem ser destacados por terem cada um de sua maneira feito parte da luta para educação dos surdos: Em 1620, Juan Martin Pablo Bonet, com sua obra *Reduccion de las letras y rtes para ensiñar a hablar a los mudos*, que trabalhava o alfabeto manual de Ponce de Leon; em 1644, John Bulwer, publica o primeiro livro em inglês sobre a língua dos sinais chamado *Chirologia* e, em 1688, o livro *Philocopus*; em 1750 na França, Abad Charles Michel de L'Epée, que conviveu com os surdos que viviam nas ruas e criou os "*Sinais Metódicos*" que contemplava a língua de sinais e a gramática francesa da época. L'Epée acreditava que todos os surdos, independente do nível social, deveriam ter acesso à educação gratuita.

Ainda em 1750, na Alemanha, Samuel Heinicke funda a primeira escola pública baseada no método oral, ou seja, utilizava-se apenas da oralidade na educação de crianças surdas através da leitura labial.

Como L'Epée e Heinicke tinham propósitos iguais, porém, com métodos diferentes, anos mais tarde suas metodologias foram submetidas à análise, fato este que deu força aos argumentos de L'Epée.

O século XVIII, por sua vez, é considerado como um dos principais momentos para as conquistas em relação à educação das pessoas surdas. Houve uma ampliação no número de escolas que adotaram a língua dos sinais e um número maior de surdos puderam ser atendidos e assim desenvolverem sua capacidade de compreensão. Sacks (1889) relata que:

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos, de um modo geral dirigido por professores surdos, em todo o mundo civilizado, a saída dos surdos da negligência e da obscuridade, sua emancipação e cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade-escritores surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possíveis. (apud GOLDFELD, 2002, p. 29).

Desse período em diante, até meados do Século XIX, as escolas da França e dos Estados Unidos adotaram a língua de sinais, sendo fundada em 1864 a primeira Universidade para surdos "*Universidade de Gallaudet*".

Porém, nos Estados Unidos, a partir de 1860 o método oral volta a ganhar força e tudo o que havia sido conquistado anteriormente praticamente foi excluído. O maior defensor do método oral foi Alexandre Grham Bell inventor do telefone e que exerceu grande influência no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão em 1880.

Com a realização deste Congresso, novamente os surdos são submetidos a tortura de terem que ser ensinados através do método oral que permaneceu como dominante até a década de 1970, ano em que Willian Stokoe publicou o artigo "Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication System of the American Deal", mostrando que a ASL (American Sign. Language) era uma língua como todas as outras que continha características das linguagens orais.

Com esse artigo, a educação voltada para os surdos através da língua de sinais ganhou força novamente, pois "baseado nessa publicação surgiram diversas pesquisas sobre a língua de sinais e sua aplicação na educação e na vida do surdo..." (GOLDFELD, 2002, p. 31).

Nesta direção é que em 1968, Roy Holcom deu origem a Comunicação Total que se utilizava de todas as formas de comunicação para os surdos, pois, acreditava

que a comunicação e não a língua deveria ser privilegiada. Neste método a principal preocupação eram os processos de comunicação entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Segundo Goldfeld (2002, p.39): “A Comunicação Total, em oposição ao Oralismo, acredita que somente o aprendizado da língua oralizável não assegura pleno desenvolvimento da criança surda”.

De 1970 em diante, países como Suécia e Inglaterra, segundo Sousa (2009):

[...] compreenderam que a língua de sinais poderia ser utilizada independente da língua oral, ou seja, dependendo de cada situação, o surdo deve usar tanto a língua de sinais como a língua oral e não as duas concomitantemente como se fazia antes [...]. (p. 18).

Depois disso, surgiu então a proposta bilíngue que ganha força principalmente a partir de 1990. De acordo com Goldfeld (2002, p. 42):

O bilingüismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngüe, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país.

O princípio da educação bilíngue é a de que o surdo não seja obrigado a comporta-se como um ouvinte como acontecia na Comunicação Total. No bilinguismo há o respeito pela condição do surdo dentro da sociedade, ou seja, busca a aceitação deste como sujeito cultural com expressões próprias de comunicação.

4.2 A Educação dos Surdos no Brasil

Os documentos em relação a educação dos surdos no Brasil relatam que esta iniciou-se em 1855, quando o Imperador Dom Pedro II trouxe o professor francês e também surdo Hernest Huet para educar duas crianças surdas.

Segundo Vasconcelos (2006):

No Brasil, foi o professor surdo francês Huet (1855) que realizou um programa especial para ensinar os Surdos, programa este que consistia na utilização do alfabeto manual e a Língua de Sinais da França. Juntamente com Dom Pedro II, lutou e conseguiu apoiar e fundar no dia 26 de setembro de 1857 a primeira Escola para Surdos no Brasil... (p. 28).

Essa Escola para Surdos (atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES), que utilizava a língua dos sinais atendendo a crianças, jovens e adultos, o que por ser especializada em língua de sinais auxiliou de maneira direta na educação dos surdos.

No entanto, seguindo uma tendência mundial, voltou a ser estabelecido o oralismo em todas as disciplinas. Sousa (2009) relata que:

Em 1896, no Brasil, o INES seguiu as tendências mundiais, estabelecendo o oralismo puro em todas as disciplinas. Mesmo assim, a língua de sinais sobreviveu em sala de aula até 1957, quando a diretora Ana Rimola de Faria Dória, em parceria com a professora Alpia Couto proibiu a língua de sinais oficialmente em sala de aula. Mesmo com todas as proibições, a língua de sinais sempre foi utilizada pelos alunos nos pátios e corredores da escola (SOUSA, 2009, p. 20).

Percebe-se com esta citação que, depois de muitas conquistas a comunidade surda volta novamente a ser exposta a torturas psicológicas para se adaptarem ao mundo da linguagem dos ouvintes, porém, não deixavam de se comunicarem através da língua de sinais quando havia oportunidades.

No século XX, no fim da década de 1970 chega ao Brasil a Comunicação Total, após a visita de Ivete Vasconcelos educadora de surdos na Universidade Gallaudet. Segundo Vasconcelos (2006):

A aplicação deste método no Brasil oportunizou a mistura do Português com a Língua dos Sinais, criando assim um bimodalismo (utilização simultânea de duas línguas), uma espécie de *Pidgin*. Isto acontece pela utilização de gestos (signos) da Língua de Sinais dentro de uma estrutura gramatical do Português e até pela introdução de elementos linguísticos desnecessários a seu sistema linguístico (p. 30).

Essa metodologia no Brasil não durou muito, pois, na década seguinte surge o Bilinguismo com base nas pesquisas da professora Lucinda Ferreira Brito. Vasconcelos (2006) relata que:

A proposta bilíngüe envolve a aprendizagem da língua de sinais e da língua portuguesa, através de quaisquer dos métodos para desenvolvimento da linguagem, audição, fala e aprendizagem da Língua dos Sinais. O programa curricular deve ser montado com diferentes materiais pedagógicos nas duas línguas e, ao aluno, deve ser garantida a comunicação na língua em que ele tiver maior competência (p. 30).

Com isso, percebemos que houve três abordagens diferentes ao longo da história da educação dos surdos, não somente no Brasil como em todo o mundo o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo, cada uma com sua relevância na educação dos surdos e que felizmente prevaleceu aquela que respeita e dá dignidade a aprendizagem das pessoas não ouvintes, “os surdos”.

CAPÍTULO V – METODOLOGIA

5.1 Perspectivas Metodológicas

Para realização deste trabalho, utilizamos duas estratégias de pesquisa na busca por atingir os objetivos deste estudo, sendo: a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa.

Na primeira fase, foi feito uma revisão bibliográfica buscando identificar um método científico que melhor se adequasse ao objetivo proposto no qual optamos pelo Estudo de caso.

De início, buscamos apresentar no decorrer do trabalho à delimitação dos problemas que envolvem a pesquisa, em seguida a definição dos sujeitos a serem entrevistados e sua realização, organizando e analisando dentro de uma abordagem qualitativa. Em seguida adotamos também a perspectiva quantitativa, visando contribuir com as discussões relativas à adoção desse tipo de metodologia no campo educacional.

Ao método, Lakatos (2003), conceitua como:

“[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas [...]” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 83).

O Estudo de Caso, segundo Young (1960) é:

“[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação [...]” (YOUNG, 1996, apud Gil, 1991, p. 58).

A abordagem de base qualitativa para Kauark (2010), acontece quando:

“[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa [...]” (KAUARK, 2010, p. 26).

Ainda seguindo a linha do mesmo autor à pesquisa quantitativa é considerada como:

O que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão) (KAUARK, 2010, p. 26-27).

Como fonte de coleta de dados, optamos por fazer uso da entrevista, pois, consideramos que esta dá abertura para que o entrevistado fique a vontade nas suas respostas. Segundo Andrade (1999):

A entrevista constitui um instrumento eficaz na recolha de dados fidedignos para a elaboração de uma pesquisa, desde que seja bem elaborada, bem realizada e interpretada. Para tanto, faz-se necessário definir os objetivos e os tipos de entrevista e como deve ser planejada e executada (ANDRADE, 1999, p. 128).

Seguindo esta organização metodológica desenvolvemos nossa pesquisa, fazendo uso dos aspectos qualitativos / quantitativos, com o intuito de saber qual o papel da UFPB Virtual na inclusão dos alunos com surdez.

5.2 Campo de Pesquisa e Participantes

Para realização desta pesquisa, optamos por investigar os polos da UFPB virtual, que estão descritos na tabela 3. Porém, para realização das entrevistas, pela dificuldade de encontrar os alunos que estão matriculados na EAD, tivemos que direcionar as questões apenas aos alunos que estão matriculados no curso Letras / Libras que fizeram um encontro que ocorreu no dia 20 de julho de 2013, no campus I de João Pessoa-PB, para discutirem sobre o andamento do curso.

A investigação foi direcionada a 09 alunos surdos, visando compreender como principais objetivos se estes alunos se sentem realmente incluídos no ensino superior através dos cursos oferecidos pela UFPB virtual, quais são as suas principais dificuldades para realização do curso e qual as suas expectativas para o mercado de trabalho quando estiverem formados.

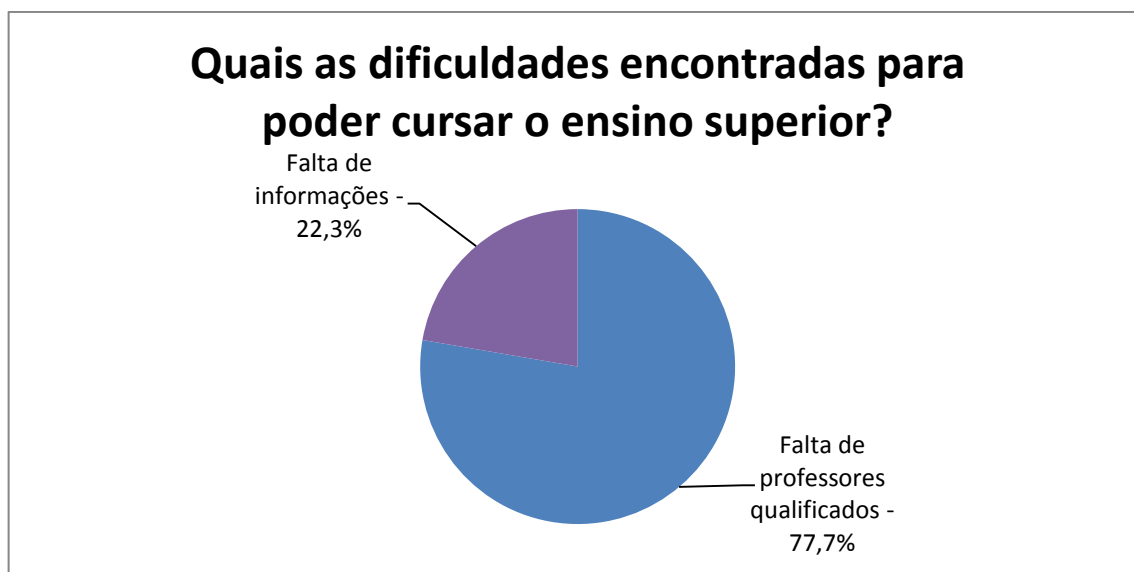
5.3 Análise dos Dados

A pesquisa contou com a participação de 09 alunos surdos matriculados em polos distintos da UFPB Virtual do curso de Letras/Libras que participavam de um evento que ocorreu no campus I da UFPB na data de 20 de julho de 2013.

A entrevista foi composta por 10 questões, sendo 08 delas objetivas (fechadas), onde o (a) entrevistado (a) poderia marcar uma ou mais questões e 02 dissertativas (abertas).

No que diz respeito à primeira questão observamos que a maior dificuldade encontrada pelos alunos para cursarem o ensino superior está relacionada à falta de professores qualificados, seguida da falta de informações. Como é demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Questão 01: Quais as dificuldades encontradas para poder cursar o ensino superior?



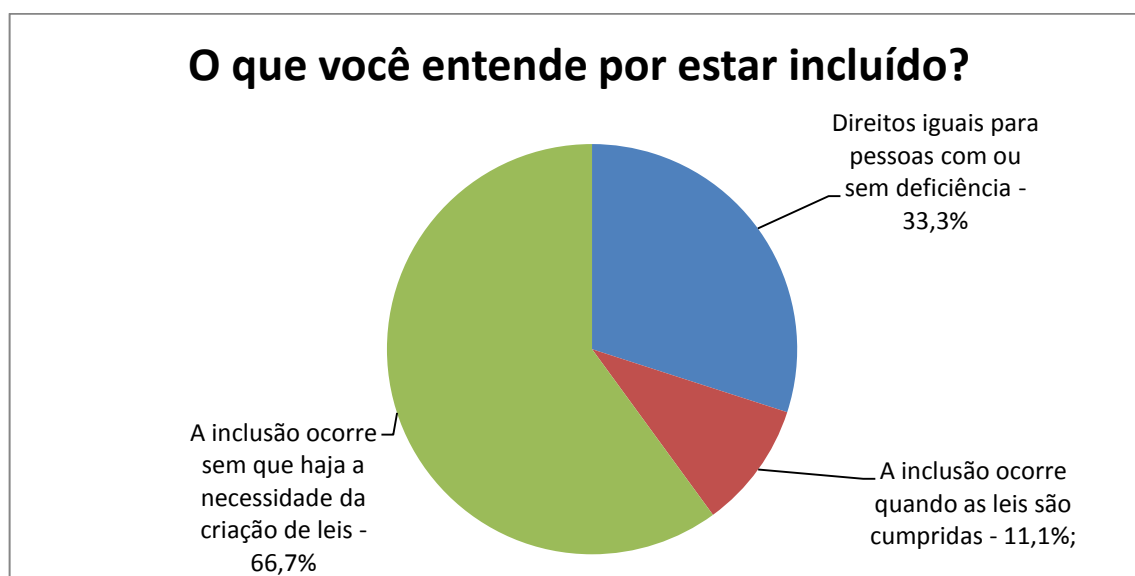
Fonte: Entrevistas

Essa questão foi elaborada com intuito de saber quais as principais dificuldades pensadas pelas pessoas com surdez antes de ingressar no ensino superior. Percebemos, então, que para a maioria destas pessoas 77,7%, o maior receio seria de que quando conseguissem passar no vestibular não houvessem professores qualificados para atenderem as suas necessidades como também 22,3% dos entrevistados responderam que seria a falta de informações de quais procedimentos deveriam seguir para cursar o ensino superior.

Além destas opções de resposta, havia outras duas as quais nenhum dos entrevistados optou por respondê-las, sendo estas “prova do vestibular/Enem e medo de não conseguir”.

Com relação à segunda questão percebemos que a maioria dos entrevistados consideram que a inclusão deveria ocorrer sem que houvesse a necessidade de leis específicas para isto. Conforme está representado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Questão 02: O que você entende por estar incluído?

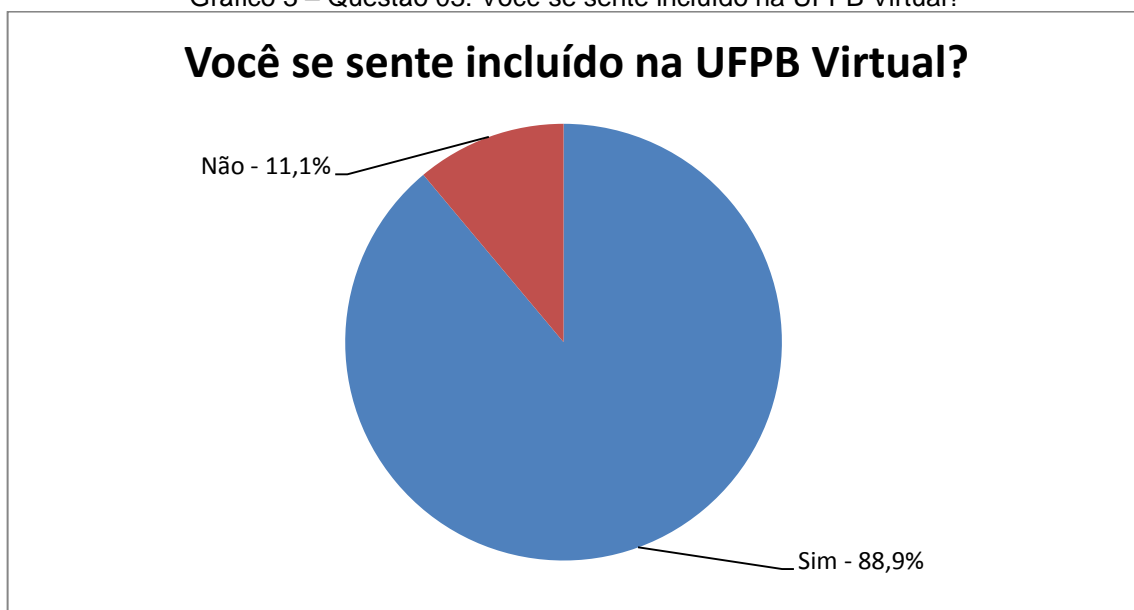


Fonte: Entrevistas

Nesta questão havia três opções de respostas das quais 66,7% responderam que a inclusão ocorre sem que haja a necessidade de criação de leis, 33,3% dizem que estar incluído significa direitos iguais para pessoas com ou sem deficiência e 11,1% responderam que a inclusão ocorre quando as leis são cumpridas. Um dos entrevistados optou por duas respostas dando à esta questão uma porcentagem maior que as demais, como pode ser visto no gráfico 2.

Já no que se refere à terceira questão, apenas um dos entrevistados não se sente incluído através da UFPB Virtual, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Questão 03: Você se sente incluído na UFPB Virtual?

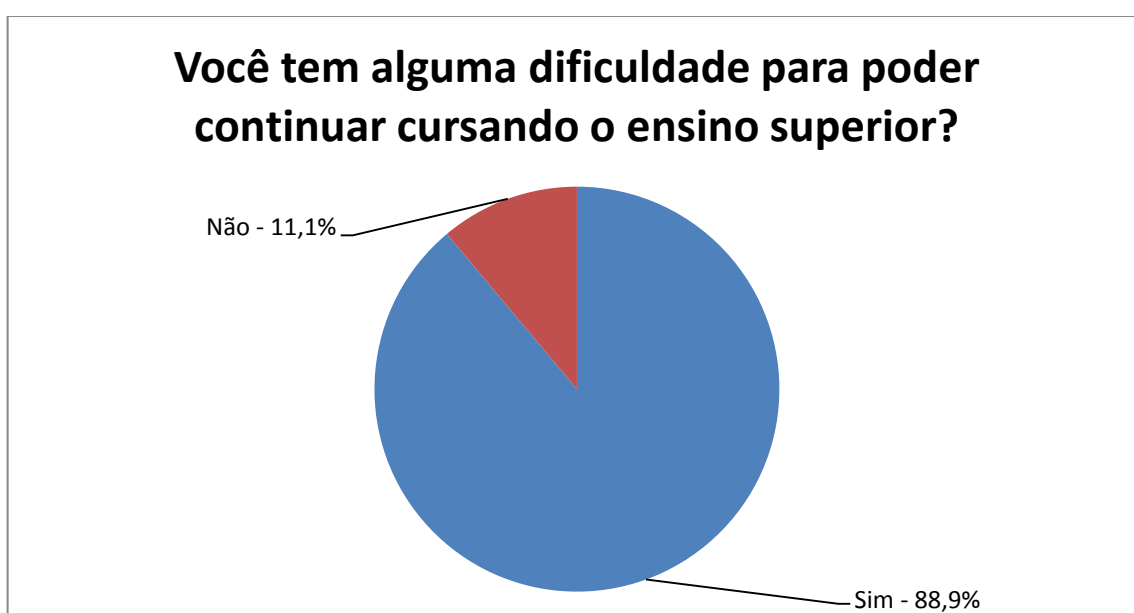


Fonte: Entrevistas

Conforme ilustrado no gráfico acima, 88,9% dos entrevistados sentem-se incluídos através da UFPB Virtual e apenas 11,1% não se sentem incluídos.

A quarta questão visa saber se estes alunos têm dificuldade para continuarem cursando o ensino superior. Nesta questão, somente um respondeu que não tem. Estando isto exposto no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Questão 04: Você tem alguma dificuldade para poder continuar cursando o ensino superior?

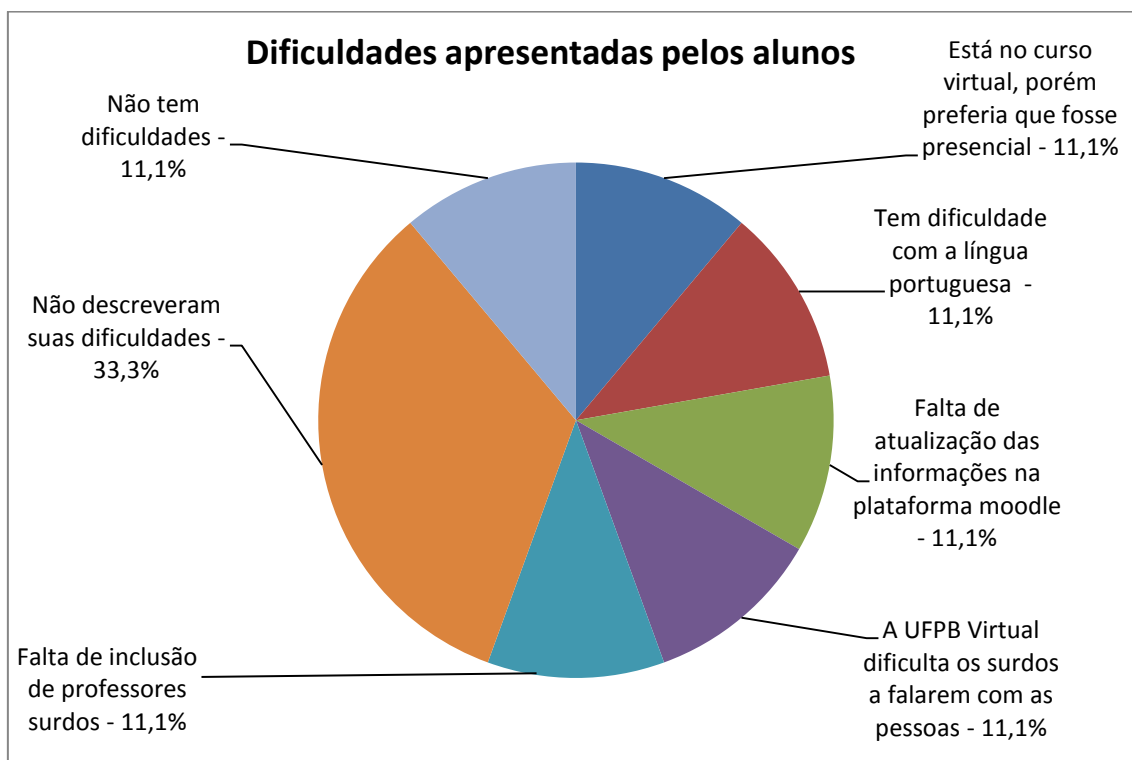


Fonte: Entrevistas

De acordo com o gráfico está explícito que 88,9%, ou seja, a maioria dos entrevistados têm dificuldades para poder continuar cursando o ensino superior e somente 11,1% não têm dificuldades.

As dificuldades para estes alunos continuarem cursando o ensino superior foram descritas na quinta questão, onde apenas cinco dos oito entrevistados que afirmaram tê-las, as descreveram, assim como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Questão 05: Dificuldades apresentadas pelos alunos

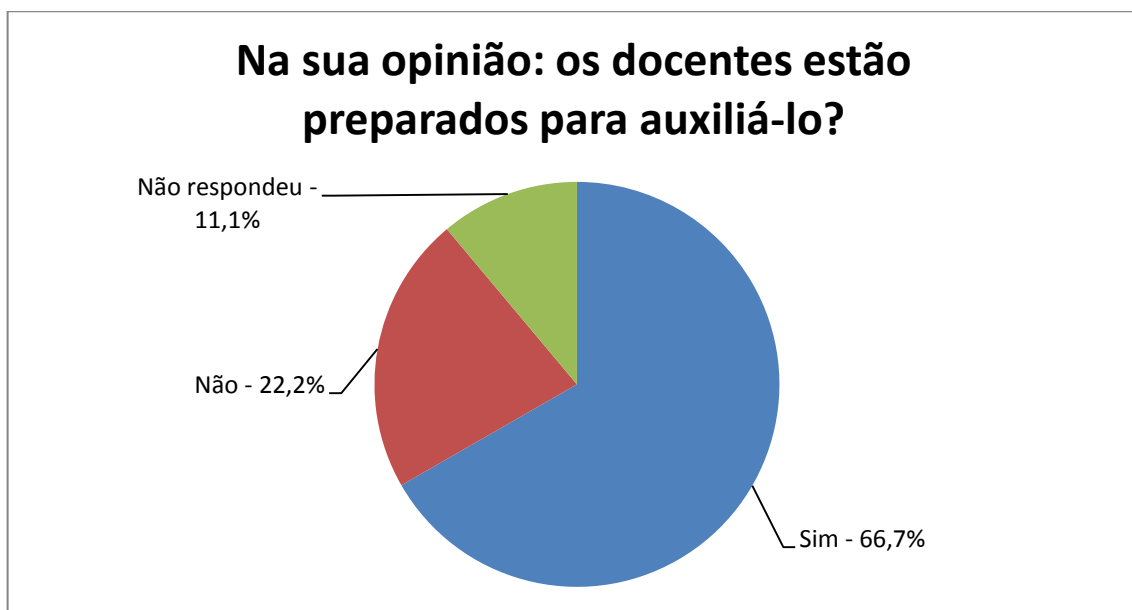


Fonte: Entrevistas

As dificuldades apresentadas foram variadas, como vimos no gráfico acima, onde 11,1% responderam que está em um curso virtual, porém preferia que fosse presencial, 11,1% que têm dificuldade com a Língua Portuguesa, 11,1% que suas dificuldades dizem respeito a falta de atualização das informações na plataforma *moodle*, 11,1% que a UFPB Virtual dificulta os surdos a falarem com as pessoas, 11,1% que é a falta de inclusão de professores surdos, 11,1% não têm dificuldades e 33,3% não descreveram suas dificuldades.

Quando perguntados se consideram que os docentes que atuam na UFPB Virtual estão preparados para auxiliá-los, estes em sua maioria responderam que sim. Conforme está no gráfico 6:

Gráfico 6 - Questão 6: Na sua opinião, os docentes estão preparados para auxiliá-lo?

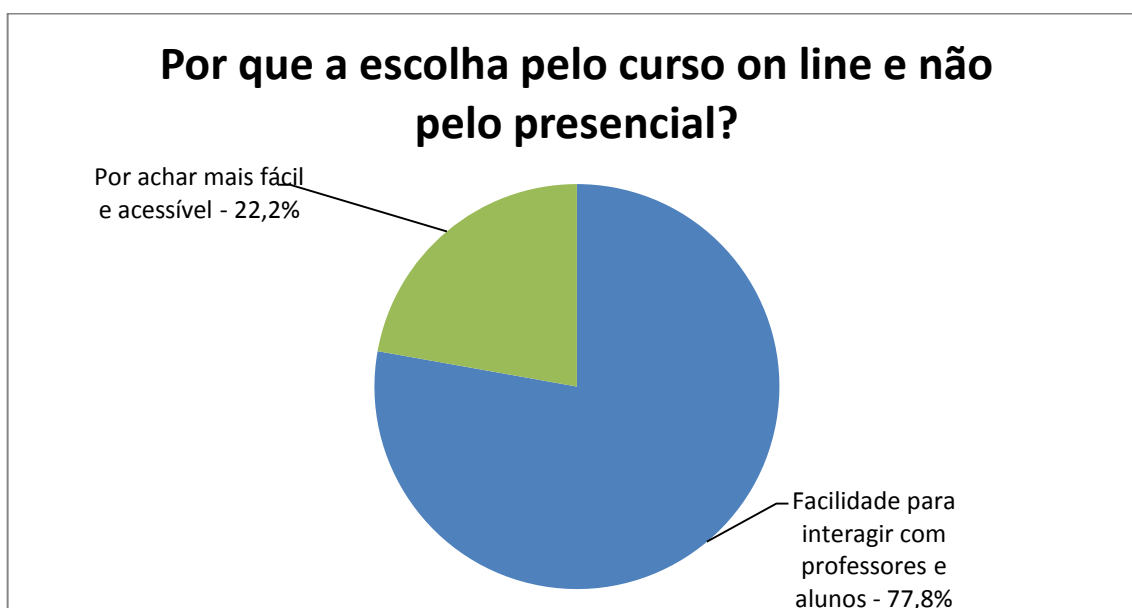


Fonte: Entrevistas

Em relação aos docentes estarem preparados ou não para auxiliar estes estudantes, 66,7% responderam que consideram os docentes capacitados, 22,2% que não e 11,1% não responderam.

A opção pelo curso *on line*, segundo o maior número das respostas dos entrevistados, se deu pelo fato da facilidade em interagir com os professores e alunos, ao que consta no gráfico 07.

Gráfico 7 - Questão 07: Por que a escolha pelo curso on line e não pelo presencial?

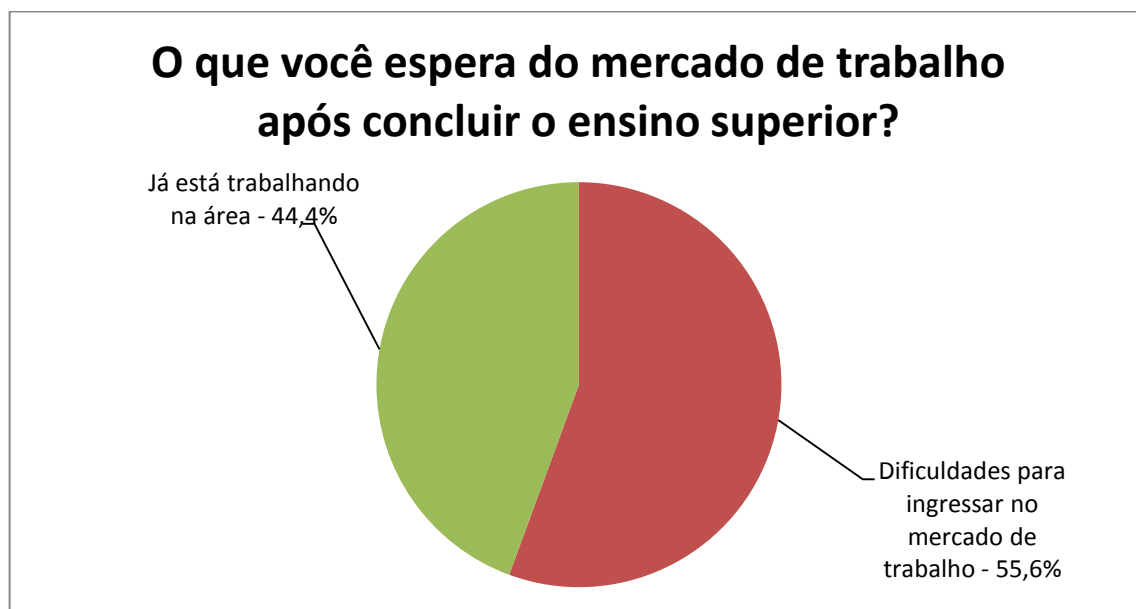


Fonte: Entrevistas

Como apresentado anteriormente, 77,8% dos entrevistados consideram que a escolha pelo curso *on line* se deu pela facilidade em interagir com professores e alunos, 22,2% por considerarem mais fácil e acessível. Ainda relacionada a esta questão havia mais uma opção de resposta a qual nenhum deles optou por respondê-la, sendo esta “medo de não ser aceito no curso presencial”.

Quanto à questão sobre o que esses alunos esperam do mercado de trabalho após concluírem o ensino superior, um pouco mais da metade, 55,6%, responderam que consideram que terão dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e 44,4% responderam que já estão trabalhando, como demonstra o gráfico 8.

Gráfico 8 - Questão 08: O que você espera do mercado de trabalho após concluir o ensino superior?



Fonte: Entrevistas

Nesta questão havia ainda outra alternativa de resposta, que seria “aceitação imediata”, porém, não foi escolhida por nenhum dos entrevistados.

Em relação ao conhecimento da Lei Nº 10.436/2002, apenas 11,1% responderam que não a conhecem, conforme está no gráfico 9.

Gráfico 9 - Questão 09: Você conhece a Lei 10.436/2002?

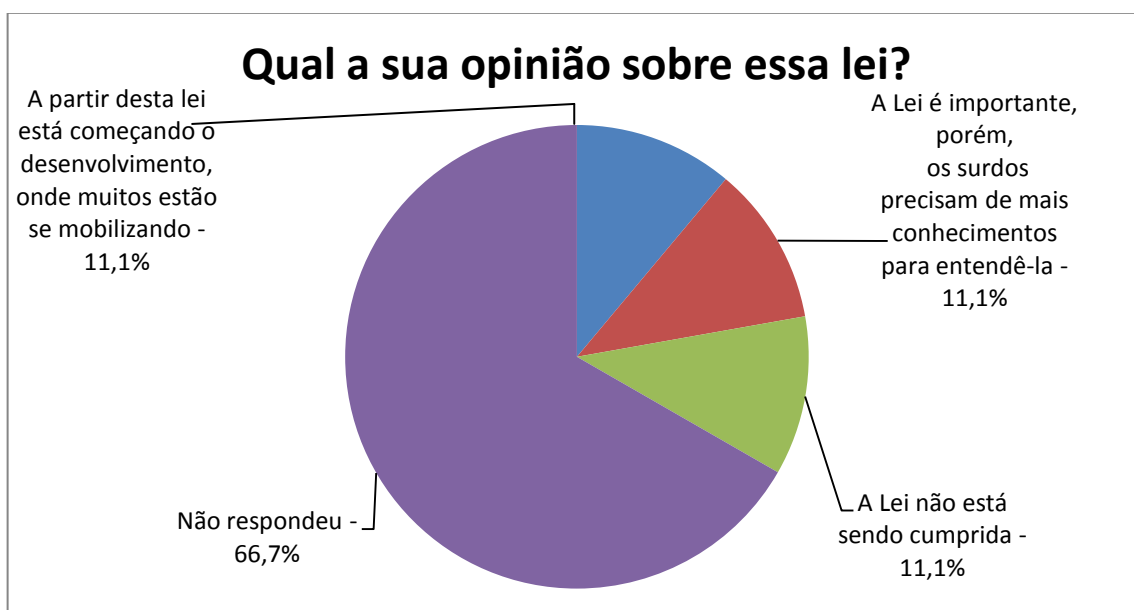


Fonte: Entrevistas

Sendo que 88,9% dos entrevistados responderam que conhecem esta Lei.

Na última questão buscamos saber qual a opinião que os alunos têm sobre a Lei Nº 10.436, na qual obtemos respostas diferenciadas sobre a mesma, sendo que 66,7% dos entrevistados optaram por não responder.

Gráfico 10 - Questão 10: Qual a sua opinião sobre essa lei?



Fonte: Entrevistas

Dos entrevistados que responderam, 11,1% disseram que a Lei é importante, porém, os surdos precisam de mais conhecimento para entendê-la, 11,1% que a Lei não está sendo cumprida e 11,1% que a partir desta Lei está começando o desenvolvimento, onde muitos estão se mobilizando.

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a inclusão do aluno surdo no ensino superior através da Educação a Distância nos remeteu primeiramente ao entendimento da trajetória desta modalidade de ensino bem como da história da educação dos surdos.

Vimos que ao longo da história da EAD surgiram novas tecnologias que visavam levar conhecimento de maneira mais acessível aos lugares onde o ensino regular não abrangia toda população.

Assim como o caminho percorrido pela EAD a história da educação dos surdos passou por diferentes acontecimentos, onde, pessoas consideradas como seres incapazes de aprender, assim como acontecia na antiguidade, passando pela idade média em que principalmente para a Igreja católica essas pessoas eram tidas como amaldiçoadas, despertando o interesse de estudiosos pela sua educação apenas por volta do século XV.

Esse estudo buscou mostrar como o aluno com surdez está sendo incluído nos dias atuais no ensino superior através da UFPB Virtual. Para tanto foi preciso que fizéssemos um estudo e coletássemos informações junto ao CAPES, ao Núcleo de Informações e Tecnologias (NTI) e a Subcoordenação de Controle Acadêmico (SCA) da UFPB Virtual campus I, sobre todos os polos que encontram-se instalados no interior da Paraíba bem como em outros estados do Nordeste que ministram cursos oferecidos pela UFPB Virtual, com intuito de saber qual a opinião dos alunos surdos sobre o ensino superior bem como se eles se sentem incluídos através desta modalidade de ensino.

A metodologia utilizada para tal pesquisa foi um estudo de caso ao qual primeiramente fizemos uma revisão bibliográfica para que pudéssemos fundamentar nosso pensamento, seguida da pesquisa a campo, onde pudemos realizar entrevistas com estudantes surdos da UFPB Virtual, em que conseguimos obter respostas para atingir o objetivo deste estudo.

Observamos que o pensamento das pessoas com surdez antes de ingressarem no ensino superior, era o medo de não encontrar professores qualificados e capacitados para mediar a sua aprendizagem de acordo com sua deficiência, no caso a surdez, como também havia a estes falta de informações sobre como se daria a sua permanência no curso. Vimos com estas respostas que essas pessoas não se sentem incapazes, já que, as outras opções que se referiam

ao medo de não passar no vestibular e o medo de não conseguir permanecer no curso não foram respondidas.

Para esses alunos, no que diz respeito à inclusão, esta deveria ocorrer sem que houvesse a necessidade de leis específicas para isso, bem como, que está incluído significa direitos iguais para pessoas com ou sem deficiência. Isso mostra que esses alunos demonstram que para eles deveria haver igualdade entre todas as pessoas sem que necessitasse de leis.

Dando sequência a questão sobre inclusão, verificamos que a maioria dos alunos se sentem incluídos através da EAD, pois esta oferecida pela UFPB Virtual vem cumprindo com o seu papel de fazer com que o aluno com surdez esteja sendo auxiliado de maneira adequada, a cumprir com o acesso e permanência destas pessoas.

Mesmo sentindo-se incluídos através da UFPB Virtual, a maioria deles descreveu sentir dificuldades para continuar cursando o ensino superior, porém, consideramos que entre estas dificuldades, por eles apresentadas aparentam estarem direcionadas a reclamações e não a dificuldades propriamente ditas. O exemplo disso seria quando alguns deles respondem que há falta de atualizações na plataforma *moodle*, esta poderia ser uma questão técnica e não o entrave para a aprendizagem.

A respeito da indagação sobre a preparação dos docentes para auxiliá-los, os alunos responderam em sua maioria, que consideram os professores capacitados, isso, em relação à primeira questão analisada em que eles disseram que entre as principais dificuldades para ingressar no ensino superior, estaria “a falta de professores qualificados”, significa que após ingressarem viram que os docentes que atuam na UFPB Virtual estão preparados para receber e auxiliar as pessoas com surdez.

A escolha pelo curso *on line* para os alunos surdos segundo as respostas analisadas, se deu principalmente pela facilidade de interagir com professores e alunos. Nesse caso, verificamos que para eles, o provável motivo é o de a maioria das pessoas ouvintes não terem o conhecimento das LIBRAS, não que esta seja uma língua difícil de aprender, mas pelo fato de só haver interesse quando há caso entre seus familiares de surdez. Um curso presencial nesse caso dificultaria a aprendizagem e interação desses alunos.

A expectativa dos alunos entrevistados em relação ao mercado de trabalho após o término do curso é de terem dificuldades para ingressar neste. Isso não significa que eles não sejam capazes de exercer sua profissão, mas sim, que temem sofrer preconceito por parte dos contratantes. Pela segunda resposta mais escolhida em que eles disseram já estarem trabalhando, em nossa visão, isso mostra que somente aqueles que já estão atuando no mercado de trabalho sabem que é possível ser inserido sem que haja preconceito pela sua deficiência.

A maioria dos entrevistados são conhecedores da Lei 10.436/2002, que é regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, reconhecendo a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão dos surdos. Mesmo assim, alguns acreditam que essa Lei não vem sendo cumprida e, outros, pensam que ela é importante, porém, que os surdos precisam de mais conhecimento para entendê-la, como também que a partir dela está começando o desenvolvimento. Percebemos através dessas respostas o quanto essa Lei vem contribuindo para que os surdos conquistem novos espaços na sociedade, e que mostrem o quanto são capazes de se expressarem através das LIBRAS como qualquer outra pessoa.

Através dessa pesquisa buscou-se explicitar a importância do que se trata a inclusão dos surdos através da EAD. Partindo do estudo realizado na UFPB Virtual, verificamos o quanto esta modalidade de ensino tem contribuído para o alcance do aprendizado dos alunos com surdez. Sabemos que mesmo com essa abertura, ainda há muito que ser feito para que os surdos estejam realmente incluídos na sociedade, mas, como esta pesquisa teve por principal finalidade entender de que forma a inclusão estava acontecendo e se realmente existia, baseadas na entrevista realizada, vimos que a inclusão está ocorrendo de maneira adequada através da EAD da UFPB Virtual.

Entretanto, os anseios e medos destes alunos com relação ao mercado de trabalho, ainda precisam ser supridos, pois estes ainda não se sentem seguros quanto a sua aceitação no campo profissional.

Portanto, propõe-se um projeto voltado à inclusão do surdo no mercado de trabalho, que seria este feito pelos próprios coordenadores dos cursos da UFPB Virtual, disponibilizando na página do *moodle* um link que deveria estar disponível somente para os alunos do último período, onde poderiam acessar um banco de vagas de empregos. Também deveria, poder enviar seu currículo para empresas que desejam atuar profissionalmente, sendo estas, conveniadas com a UFPB. Este

convênio poderia ocorrer através de convites feito às empresas de área de atuação profissional dos cursos, onde haja alunos com surdez concluintes. Isso por um lado facilitaria a inclusão do aluno surdo no mercado de trabalho, como por outro, as empresas estariam cumprindo com o que a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 determina, destinando parte de suas vagas oferecidas para pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação** / Maria Margarida de Andrade. – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

ALVES, Lucinéia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**: Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf> acesso em: 18 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61:decreto-no-5622-19122006-decreto&catid=14:decretos&Itemid=44>. Acesso em: 07 de ago. de 2013.

_____. Ministério da Educação - MEC. **Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em:

<<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>>: Acesso em: 25 de maio de 2013.

_____. Ministério da Educação – MEC. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 15 de junho de 2013.

_____. Ministério da Educação - MEC. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

_____. Ministério da Educação - MEC. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - UFPB. **Resolução nº 42/2009**. Cria o Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, na modalidade Licenciatura a distância, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, da UFPB. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/libras/images/pdf/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2042_2009.pdf> . Acesso em: 13 de jul. de 2013.

_____. Ministério da Educação - MEC. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - UFPB. **Resolução nº 43/2009**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, na modalidade Licenciatura a distância, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, desta Universidade.

Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/libras/images/pdf/Resolu%C3%A7%C3%A3o43_2009.pdf> . Acesso em: 13 de jul. de 2013.

_____**Ministério da Educação - MEC. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - UFPB. Resolução nº 52/2009.** Regulamenta o Processo Seletivo para ingresso no Curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) da Universidade Federal da Paraíba oferecido no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/libras/images/pdf/Resolu%C3%A7%C3%A3o52_2009.pdf>. Acesso em: 13 de jul. de 2013.

_____**Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

_____**O que é:** Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18>: acesso em: 25 de maio de 2013.

_____**Histórico.** Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=21>: acesso em: 25 de maio de 2013.

_____**Catálogo UAB.** Região Nordeste. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/nordeste.pdf>>: Acesso em: 25 de maio de 2013

BRITO, Carlos Estrela. **Educação à distância (EAD) no Ensino Superior de Moçambique: UAM.** Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2011/04/Carlos_Estrela_Brito.pdf>. Acesso em: 02 de ago. de 2013.

CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **A educação a distância e a formação de professores na perspectiva dos estudos culturais.** Programa de Pós-Graduação – UFPB. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

COMARELLA, Rafaela Lunardi. **EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: evasão discente.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis – SC. 2009. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Rafaela-Lunardi-Comarella.pdf>> Acesso em: 07 de maio de 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO: na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2013.

DINIZ, Ester de Carvalho. **Educação a Distância: Coletânea de textos para subsidiar a docência on line** / Ester de Carvalho Diniz, Marta Maria Gomes Van der Linden, Terezinha Alves Fernandes - vol. 1 - Editora Universitária - UFPB. João Pessoa / PB - 2011. Disponível em: <<http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca->

virtual/files/educaaaao_a_distancia__coletanea_de_textos_para_subsidiar_a_docanci
a_online_1330089617.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2013.

Educação a Distância no contexto brasileiro: experiências em formação inicial e formação continuada. Disponível em:

<<http://www.proged.ufba.br/ead/EADlivro2.pdf#page=169>> Acesso em 24/05/13.

FÁRIA, Evangelina Maria Brito de. **LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS: teorias e práticas.** Disponível em: <(http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/langua_portuguesa_e_libras__teorias_e_praticas_i_1354193730.pdf)>: Acesso em: 01 de jun de 2013.

FÁVERO, Osmar. **Tornar a educação inclusiva** / organizado por Osmar Fávero, Windyz Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. - Brasília: UNESCO. Amped, 2009. (p. 11-23; 159-175).

FILHO, Roberto Fragale. **Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos.** Roberto Fragale Filho (org.) Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa / Antônio Carlos Gil – 3 ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista** /Márcia Goldfeld. – 2 ed. – São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GUEDES, Karen Costa. **O sentido da vida, a religiosidade e os valores na cultura surda.** Programa de Pós-Graduação em Ciências das religiões – UFPB. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

KAUARD, Fabiana. **Metodologia da pesquisa: um guia prático** / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna: Via Litterarum 2010.

KLIMSA, Severina Batista de Farias. **O Ensino Aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais no Curso de Graduação em Letras/Libras, Modalidade EAD, por Alunos Surdos.** Disponível em:

<<http://www.nehte.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2012/SeverinaKlimsa&BernardoKlimsa-Oensinoaprendizagem.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. de 2013.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos – 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Maria Cristina Lima Paniago. **Educação a distância no Ensino Superior: uma possibilidade concreta de inclusão social** / Maria Cristina Lima Paniago Lopes, *et all*, 2010. Disponível em:

<<http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v10n29/v10n29a11.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

MUGNOL, Marcio. **A educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos**, 2009. Disponível em:
<www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2738&dd99=pdf> Acesso em: 08/06/2013.

NETO, Mariano Castro. **Educação a distância sem distância** / Mariano Castro Neto, Arsenio José carmona Gutierrez, Vania Ribas Ulbricht – Florianópolis: Pandion, 2009.

SANTANA, Levy Aniceto. **Perspectivas de alunos surdos sobre a Educação a Distância no Ensino Superior**. Disponível em:
<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/253_128.pdf>. Acesso em: 02 de ago. de 2013.

SOUSA, Maria Dalva Evangelista de. **Quando a inclusão do surdo é a meta, a língua de sinais é o instrumento** / Curso de Especialização em Educação Inclusiva – UNIPÊ. João Pessoa, 2009.

STOBÄUS, Claus Dieter. **Educação Especial: em direção a educação inclusiva** / organizadores Claus Dieter Stobäus, Juan José Mouriño Mosqueira. 2ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?id=fwc62sl_8VcC&pg=PA269&dq=removendo+b arreiras+para+aprendizagem:+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&hl=pt-BR&sa=X&ei=342qUa2gla3K0gGupoDIDQ&ved=0CDkQ6AEwAg>. Acesso em: 01 de jun. de 2013

UFPB EM REVISTA: **Os desafios para instituição** - nº 1 - Maio 2013: Disponível em: <http://issuu.com/marinamaracaja/docs/ufpb_em_revista_-_versao_final_pages_?mode=window&pageNumber=1>: acesso em: 26 de maio de 2013.

UFPB. **Coordenação de Língua Brasileira de Sinais** / Apresentação: Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/libras/index.php/apresentacao>>. Acesso em: 26 de maio de 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção: Na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em:
<http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2013.

VASCONCELOS, Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos. **Inclusão e realidade: um olhar sobre a pessoa surda**. Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – UFPB. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Bom dia!

Somos alunas do 8º período do curso de Pedagogia da UFPB. Estamos elaborando nosso TCC intitulado: **O PAPEL DA EAD NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ: UM ESTUDO SOBRE A UFPB**. Assim sendo, precisamos de sua ajuda, respondendo este questionário para dar continuidade à nossa pesquisa.

1. Quais as dificuldades encontradas para poder cursar o ensino superior?

- ☐ Falta de professores qualificados
 - ☐ Prova do vestibular/Enem
 - ☐ Medo de não conseguir
 - ☐ Falta de Informações
 - ☐ Outros
-

2. O que você entende por estar incluído?

- ☐ Direitos iguais para pessoas com ou sem deficiência
 - ☐ A inclusão ocorre quando as leis são cumpridas
 - ☐ A inclusão ocorre sem que haja necessidade da criação de leis que obriguem as instituições a receberem pessoas com deficiência
 - ☐ Outros
-

3. Você se sente incluído no curso da UFPB Virtual?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4. Você tem alguma dificuldade para continuar cursando o ensino superior?

() Sim

() Não

5 Se sua resposta foi sim na pergunta anterior, quais são estas dificuldades?

6 Na sua opinião: os docentes estão preparados para auxiliá-los?

() Sim

() Não

7 Por que a escolha pelo curso *on line* e não pelo presencial?

() Facilidade para interagir com professores e alunos

() Medo de não ser aceito no curso presencial

() Por achar mais fácil e acessível

() Outro

8 O que você espera do mercado de trabalho após concluir o ensino superior?

() Aceitação imediata

() Dificuldades para ingressar no mercado de trabalho

() Já está trabalhando na área

9 Você conhece a lei 10.436/2002?

() Sim

() Não

10 Qual a sua opinião sobre esta lei?
